

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Parecer dos atuários independentes	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstração de resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

É com satisfação que apresentamos as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”).

A Companhia, possui forte atuação no Sistema Unimed, oferecendo seguros de responsabilidades e seguros compreensivos (residencial e empresarial).

O Mercado Segurador

O mercado de seguros de ramos elementares em 2019, comparado a 2018 apresentou alta de 1,8% em prêmios de seguros. Nos segmentos em que a Seguradora atua de compreensivo residencial e empresarial o crescimento foi de 7,3% e no segmento de responsabilidades o crescimento foi de 22,8%. O montante total do segmento de ramos elementares em 2019 monta R\$ 76,3 bilhões, frente a R\$ 75,0 bilhões em 2018, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP.

Cenário Econômico

O ano de 2019 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. A prévia do PIB é de 0,89% no ano, fechando pouco abaixo da meta do governo de 1,12%. A queda foi ocasionada, principalmente pelo consumo das famílias no último trimestre de 2019.

O IPCA – índice nacional de preços ao consumidor amplo fechou o ano em 4,31%, pouco acima da meta estipulada de 4,15%.

O desemprego teve uma redução no final de 2019, atingindo 11,0% da população econômica ativa, com cerca de 11,4 milhões de brasileiros.

A taxa de juros fechou o ano de 2019 em 4,20%.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Companhia atingiu o montante de R\$ 47,1 milhões em prêmios emitidos, o que representa um crescimento de 25,5% em relação a 2018. A sinistralidade do exercício foi de 16,7% (58,8% no exercício de 2018). A queda se deve a baixa da provisão de sinistro de grande monta do segmento de incêndio. O índice de comercialização no exercício de 2019 foi de 24,3% (24,0% em 2018).

As despesas administrativas atingiram R\$ 12,7 milhões (R\$ 11,2 milhões em 2018) e o resultado financeiro monta R\$ 6,4 milhões (R\$ 6,3 milhões em 2018). O lucro da Companhia fechou o exercício em R\$ 3,7 milhão, com crescimento de 122,7% sobre o exercício de 2018.

Declaração sobre capacidade financeira

A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Capital Social

O patrimônio líquido da Companhia alcançou R\$ 87,3 milhões em 2019, representado por 101.457.737 ações.

Política de dividendos

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

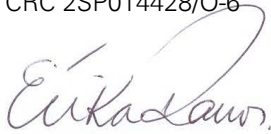
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Parecer dos atuários independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as provisões técnicas, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2019, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.



Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião


Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.



Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.



Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo – SP – Brasil

Anexo I

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2019
Total de provisões técnicas	48.467
Total de provisões técnicas auditadas(*)	48.467
Total de ativos de resseguro	9.590
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	226
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	31/12/2019
Provisões Técnicas auditadas (a)	48.467
Valores redutores auditados (b)	16.149
Total a ser coberto (a-b)	32.318
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da companhia administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2019
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	12.968
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	15.000
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2019
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	86.952
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	71.952
Ativos Garantidores (d)	38.248
Total a ser Coberto (e)	32.318
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	5.930
Ativos Líquidos (g)	5.930
Capital de Risco (CR) (h)	12.968
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	45,7%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2019
0114, 0118, 0141, 0310, 0351, 0378, 0746	4.179

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		38	13.371				
	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Ativo Circulante		114.061	102.583	Passivo Circulante		56.816	50.196
Disponível		327	142	Contas a pagar		2.815	2.270
Caixa e Bancos		327	142	Obrigações a pagar	11	450	255
Aplicações	5	82.293	68.383	Impostos e encargos sociais a recolher	12	1.350	1.162
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	16.790	14.326	Encargos trabalhistas		515	484
Prêmios a receber	6	16.595	14.036	Impostos e contribuições	13	379	221
Operações com resseguradoras		195	290	Outras contas a pagar		121	148
Ativos de resseguro	7	9.242	14.090	Débitos de operações com seguros e resseguros		7.218	6.538
Títulos e créditos a receber		94	307	Prêmios a restituir		112	23
Títulos e créditos a receber		77	20	Operações com resseguradoras	14a	3.526	3.116
Créditos tributários e previdenciários	8	-	260	Corretores de seguros e resseguros	14b	3.577	2.993
Outros créditos		17	27	Outros débitos operacionais		3	406
Outros valores e bens		16	25	Depósitos de terceiros	15	57	101
Outros valores		16	25	Provisões técnicas – seguros	16	46.726	41.287
Despesas antecipadas		-	46	Danos		46.726	41.287
Custos de aquisição diferidos		5.299	5.264	Passivo não circulante		2.323	1.614
Seguros	9	5.299	5.264	Provisões técnicas – seguros	16	1.741	1.116
Ativo não circulante		32.390	32.972	Danos		1.741	1.116
Realizável a Longo prazo		31.505	31.463	Outros débitos		582	498
Aplicações	5	29.433	29.972	Provisões judiciais	17	582	498
Ativos de resseguro	7	348	220	Patrimônio líquido		87.312	83.745
Títulos e créditos a receber		1.724	1.271	Capital social	18a	88.000	88.000
Créditos tributários e previdenciários	8	1.093	948	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(63)	69
Depósitos judiciais e fiscais	17	631	323	Prejuízos acumulados		(625)	(4.324)
Imobilizado	10a	12	13				
Bens móveis		12	13				
Intangível	10b	873	1.496				
Outros intangíveis		873	1.496				
Total do Ativo		146.451	135.555	Total do passivo e patrimônio líquido		146.451	135.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2019	2018
(+) Prêmios emitidos		47.097	37.530
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>(4.721)</u>	<u>(4.432)</u>
(=) Prêmios ganhos	20a	42.376	33.098
(-) Sinistros ocorridos	20b	(7.070)	(19.360)
(-) Custos de aquisição	20c	(10.284)	(7.944)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	20d	(604)	(492)
(+) Resultado com operações de resseguro	20e	<u>(10.203)</u>	<u>3.560</u>
(+) Receita com resseguro		(1.715)	10.437
(-) Despesa com resseguro		(8.488)	(6.877)
(-) Despesas administrativas	20f	(12.653)	(11.215)
(-) Despesas com tributos	20g	(2.535)	(1.337)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(973)	(3.690)
(+) Resultado financeiro	20h	6.438	6.285
(=) Resultado operacional		<u>5.465</u>	<u>2.595</u>
(=) Resultado antes dos impostos e participações		5.465	2.595
(-) Imposto de renda	21	(809)	(376)
(-) Contribuição social	21	(516)	(323)
(-) Participações sobre o lucro		<u>(441)</u>	<u>(235)</u>
(=) Lucro líquido do exercício		<u><u>3.699</u></u>	<u><u>1.661</u></u>
Resultado atribuído aos:		1.661	1.661
Acionistas controladores		1.661	1.661
Quantidade de ações		101.457.737	101.457.737
Lucro líquido por lote de mil ações		36,45	16,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>3.699</u>	<u>1.661</u>
Varição do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(231)	(149)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	<u>99</u>	<u>67</u>
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	<u><u>3.567</u></u>	<u><u>1.579</u></u>
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	3.567	1.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	38.000	151	(5.985)	32.166
Aumento de Capital Social - Portaria SUSEP n° 858 de 03 de maio de 2018	50.000	-	-	50.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(82)	-	(82)
Lucro líquido do exercício			1.661	1.661
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>88.000</u>	<u>69</u>	<u>(4.324)</u>	<u>83.745</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	88.000	69	(4.324)	83.745
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(132)	-	(132)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.699	3.699
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>88.000</u>	<u>(63)</u>	<u>(625)</u>	<u>87.312</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.699	1.661
Ajustes para:	5.502	4.529
Depreciação e amortizações	740	989
Redução do valor recuperável de prêmios	109	(237)
Créditos fiscais e previdenciários	115	(921)
Despesas antecipadas	46	4
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(35)	(1.279)
Diferimento das provisões técnicas	5.455	7.347
Diferimento dos ativos de resseguro	(928)	(1.374)
Variação nas contas patrimoniais	(7.691)	(57.474)
Aplicações financeiras	(13.503)	(59.781)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.575)	(2.506)
Ativos de resseguro	5.649	(7.979)
Depósitos judiciais e fiscais	(307)	(246)
Outros ativos	(38)	(19)
Fornecedores	432	(38)
Impostos e contribuições	1.346	(1.155)
Outras contas a pagar	(27)	29
Débitos de operações com seguros e resseguros	680	1.017
Depósitos de terceiros	(44)	28
Provisões técnicas - seguros e resseguros	610	12.770
Provisões judiciais	86	406
Caixa gerado/(consumido) nas operações	1.510	(51.284)
Impostos e contribuições pagos	(1.207)	1.152
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	303	(50.132)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3)	(3)
Intangível	(115)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(118)	(3)
Atividade de financiamento		
Aumento de Capital	-	50.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	50.000
Aumento /(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	185	(135)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	142	277
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	327	142
Aumento /(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	185	(135)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objeto social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A., que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas.

A Companhia é controlada diretamente pela Unimed Seguradora S.A., com participação de 99,99%, e controlada indiretamente pela Unimed Participações S.A., cujos acionistas estão diluídos em 222 cotistas em 31 de dezembro de 2019.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020.

b. Base para preparação

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

c. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

e. Moedas funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas referendadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As Notas Explicativas nºs: 3g - Mensuração dos contratos de seguros, 5 - Aplicações financeiras, 8 - Créditos tributários e previdenciários, 9 - Custos de aquisição diferidos, 16 - Provisões técnicas - Seguros e 17 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

g. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante considerando a expectativa que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia.

h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 quando referendadas pela SUSEP. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se:

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. O CPC 6 (R2) será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Companhia realizou a avaliação inicial e não possui contratos de arrendamento, desta forma, não haverá impactos da adoção desta norma.

(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2018, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato.

O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo.

b. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) empréstimos e recebíveis e (v) determinação do valor justo. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado e deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, “Prêmios a receber”.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados CDBs, debêntures e letras financeiras, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o spread médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, na Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação.

c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As perdas são reconhecidas para todos os contratos inadimplentes acima de 60 dias e riscos decorridos vencidos, considerando as parcelas a vencer do mesmo devedor.

Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

d. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir:

- Bens móveis: 5 a 10 anos

e. Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação, e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

f. Classificação dos contratos de seguros e de investimentos

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os contratos de resseguro também são classificados como “Contrato de seguros”, pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do risco, sendo apropriados em bases *pro rata die*.

Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices.

g. Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento é de 1 dia e o diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de comercialização, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

h. Custos de aquisição diferidos

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. O prazo do diferimento médio dos custos de aquisição é de 12 meses, conforme definido pela vigência das apólices.

i. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas:

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada *pro rata die*, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de seis meses.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente e com juros nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados — *Incurréd But Not Enough Reported* (IBNER) —, calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros.
- A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em metodologia própria na qual são aplicados percentuais definidos em Nota Técnica, sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, sendo considerado o maior valor obtido após a aplicação dos percentuais para constituição do IBNR.
- A Provisão de Despesas Relacionadas Direta (PDR- Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR) é calculada conforme metodologia própria, constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros não avisados.

j. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem, a cada data de balanço, elaborar o TAP para todos os contratos em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras as obrigações decorrentes dos contratos. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, contribuições e prêmios futuros que não estejam

contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e benefícios e despesas de comercialização.

Para esse teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em bases de riscos similares.

Nos termos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, foram utilizadas como premissas técnicas a sinistralidade de 36,99% para os ramos de seguros de responsabilidade e 41,68% para os demais ramos e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segmentação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado.

Os testes foram realizados por segmentação, como apresentado a seguir:

- Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O - Directors and Officers):

Responsabilidade Civil Geral;

Responsabilidade Civil Profissão;

RC Profissional Individual;

RC Profissional Instituições; e

RC Profissional Coletivo.

- Compreensivos:

Compreensivo Residencial;

Compreensivo Empresarial; e

Lucros Cessantes.

Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2019, o resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

k. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável ou possível que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Companhia utiliza como critério efetuar a reserva sempre que a avaliação do prognóstico de perda realizada pelos assessores jurídicos for determinada como "possível" ou "provável".

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

I. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para impostos de renda do exercício e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro do exercício e diferido foi calculada à alíquota de 15% em 2019 e (20% em 2018).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

m. Benefícios aos empregados

(vi) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(vii) Planos de contribuição definida

A Companhia oferece aos seus diretores complementação de aposentadoria sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida.

A Companhia também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Companhia para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

n. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

4 Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Companhia, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio.

Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Unimed Seguradora S.A., no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de Assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que se reporta ao Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A. Tem como objetivo fornecer suporte à Administração, voltado à transparência dos negócios aos acionistas.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia

Comitê de Produtos e Clientes

O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, em relação aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética

Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia.

Gestão de Capital

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Essa política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reenquadramento, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados.

De maneira independente, a área de Governança, Riscos e Compliance monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. O capital necessário para suportar riscos está demonstrado, na (Nota Explicativa nº 18e).

a. Risco de subscrição

O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, e o principal risco é de frequência e/ou severidade de sinistros ser maior do que o estimado.

Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos:

- **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas.
- **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, e na tomada de decisão.

(i) *Análise de sensibilidade*

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros.

Foi considerado agravamento de 5% nos fatores de atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR.

Foi considerado aumento de 5 p.p. na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar.

Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido					
		2019		2018	
Premissas		Bruto resseguro	Líquido resseguro	Bruto resseguro	Líquido resseguro
Aumento sinistralidade	5%	353	283	910	721
Diminuição sinistralidade	(5%)	(353)	(283)	(910)	(721)

(ii) *Desenvolvimento de sinistros*

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

Sinistro bruto de resseguro (*)							
Ano do aviso do sinistro							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
No ano do aviso	11	179	1.450	3.723	15.516	10.784	10.784
Um ano após o aviso	-	173	1.671	3.989	9.330	-	9.330
Dois anos após o aviso	-	307	1.696	3.893	-	-	3.893
Três anos após o aviso	-	338	1.765	-	-	-	1.765
Quatro anos após o aviso	-	395	-	-	-	-	395
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2019	-	395	1765	3893	9330	10784	26167
Diferença entre as estimativas inicial e final	11	(216)	(315)	(169)	6186	-	5497
Pagamentos de sinistros efetuados	-	113	1049	2321	5762	2193	11438
Sinistros Pendentes em 31/12/2019	-	284	716	1572	3568	8591	14731
IBNR	-	-	-	-	-	-	6436
IBNeR	-	-	-	-	-	-	2112

(*) Sinistro líquido de cosseguro e bruto de resseguro.

	Sinistro líquido de resseguro (*)						
	Ano do aviso do sinistro						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
No ano do aviso	11	166	976	2.517	6.000	8.377	8.377
Um ano após o aviso	-	159	1.172	2.855	4.406		4.406
Dois anos após o aviso	-	268	1.193	2.791	-		2.791
Três anos após o aviso	-	293	1.243	-	-		1.243
Quatro anos após o aviso	-	347	-	-	-		347
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2019	-	347	1.243	2.791	4.406	8.377	17.164
Diferença entre as estimativas inicial e final	11	(181)	(267)	(274)	1.595	-	884
Pagamentos de sinistros efetuados	-	106	650	1.543	1.558	1.487	5.344
Sinistros Pendentes em 31/12/2019	-	241	593	1.248	2.848	6.890	11.820
IBNR	-	-	-	-	-	-	4.837
IBNeR	-	-	-	-	-	-	1.710

(*) Sinistro líquido de cosseguro e líquido de resseguro.

(iii) *Gerenciamento de riscos por linhas de negócio*

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações nos produtos.

(iv) *Seguros de responsabilidade e patrimoniais*

Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros:

- Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros.
- Risco de severidade e frequência de sinistros.
- Os riscos apresentados são gerenciados como segue:
- O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices.
- O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas.

b. Risco de mercado

Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira:

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos.

(i) Gerenciamento do risco de mercado

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR)*.

A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado à manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos).

(iii) Resultados do teste de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA).

Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Companhia.

Ativos	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado	
		Taxa de Juros	
Classe de ativo		+1%	-1%
Títulos Pós Fixados			
Disponível para Venda	33.287	333	(333)
Avaliados a Valor Justo	70.198	702	(702)
Títulos Pré Fixados			
Até o Vencimento	1.583	-	-
IPCA			
Até o Vencimento	4.637	-	-
IGP-M			
Até o Vencimento	2.021	-	-
Impacto no Patrimônio Líquido		333	(333)
Impacto no Resultado		702	(702)
Impacto Líquido de Impostos PL		199	(183)
Impacto Líquido de Impostos Resultado		421	(386)
Total	<u>111.726</u>		

Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo.

c. Risco de liquidez

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma Carteira de Liquidez, de seus ativos financeiros, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos Financeiros

Liquidez	2019		2018	
	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Imediata	25.161	18%	25.819	20%
De 01 a 30 dias	10.992	8%	41.076	32%
De 31 a 60 dias	48.048	35%	927	1%
De 61 a 90 dias	6.339	5%	689	1%
De 91 a 120 dias	3.199	2%	39.539	32%
De 121 a 150 dias	3.757	3%	466	-
De 151 a 180 dias	1.657	1%	440	-
De 181 a 365 dias	7.601	5%	7.778	6%
Acima de 365 dias	31.773	23%	10.446	8%
Total	138.527	100%	127.180	100%

Conciliação dos ativos e passivos

A nota a seguir demonstra o *aging* das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros detidos pela Companhia.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

	Sem vencimento definido	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Caixa e bancos	327	-	-	-	-	-	327
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	65.449	-	-	-	1.036	3.713	70.198
Títulos públicos	-	-	-	-	1.036	3.713	4.749
Quotas de fundos de investimento abertos	65.449	-	-	-	-	-	65.449
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	15.735	16.471	1.081	33.287
Títulos privados	-	-	-	15.735	16.471	1.081	33.287
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	2.272	5.969	8.241
Títulos privados	-	-	-	-	2.272	5.969	8.241
Crédito das operações com seguros e resseguros (*)	-	16.790	-	-	-	-	16.790
Prêmios a receber	-	16.595	-	-	-	-	16.595
Operações com resseguradoras	-	195	-	-	-	-	195
Ativos de resseguro e retrocessão	2.471	5.909	1.210	-	-	-	9.590
Títulos e créditos a receber	-	57	21	-	-	-	78
Outros créditos	-	-	-	17	-	-	17
Custos de aquisição diferidos	375	-	-	4.924	-	-	5.299
Total dos ativos financeiros e de seguros	68.622	22.756	1.231	20.676	19.779	10.763	143.827
Provisões técnicas (**)	10.891	31.436	6.141	-	-	-	48.468
Passivos financeiros	-	172	334	9.584	-	-	10.090
Obrigações a pagar	-	13	323	114	-	-	450
Impostos e encargos sociais a recolher	-	1	-	1.349	-	-	1.350
Encargos trabalhistas	-	-	-	515	-	-	515
Impostos e contribuições	-	-	-	379	-	-	379
Outras contas a pagar	-	-	-	121	-	-	121
Depósito de terceiros	-	57	-	-	-	-	57
Débitos de operações com seguros e resseguros (*)	-	101	11	7.106	-	-	7.218
Total dos passivos financeiros e de seguros	10.891	31.608	6.475	9.584	-	-	58.558

(*) Valor bruto da provisão da redução ao valor recuperável de prêmios a receber.(**) A segregação nas faixas de vencimento referem-se à Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), calculadas com base na data efetiva de aviso. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas à Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna na qual os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com grau de investimentos e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira de ativos financeiros da Companhia está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

Rating dos ativos financeiros

Nota	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Soberano	4.750	3%	3.999	3%
AAA	8.145	6%	12.917	10%
AA	24.092	18%	19.146	15%
A	11.253	8%	6.229	5%
BBB	938	1%	833	1%
B	6.967	5%	2.960	2%
Total em Risco	56.145	41%	46.084	36%
Sem Classificação(*)	82.382	59%	81.096	64%
Total	138.527	100%	127.180	100%

(*) Fundos de investimento abertos, prêmios, títulos e créditos a receber, ativos de resseguro e outros valores e bens.

Para classificação dos *ratings* são utilizadas as agências Fitch, Moody's e S&P, conforme a política de investimentos quando há classificação por mais de uma das agências, é utilizado sempre a menor classificação.

O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

d. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos.

Controle do risco operacional

A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. baseia-se nos componentes e princípios do framework do COSO ERM, COSO 2018 e ISO 31000, que têm como objetivo propiciar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas nos mercados nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e compliance

O processo de gestão de riscos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. é conduzido pela área de Gestão de Riscos e Governança e está estruturado da seguinte forma:

- (i) Identificação dos riscos**
O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos e Governança, no apoio às áreas de negócio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Seguros Unimed. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais:
- Mapear os processos
 - Identificar os riscos e fatores de riscos
 - Identificar os controles e associá-los aos riscos
 - Identificar normas e regulamentações
 - Identificação de deficiências.
- (ii) Mensuração e avaliação**
O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos e Governança no suporte às áreas de negócio, para mensurar e avaliar os riscos da Seguros Unimed. Destacamos as principais atividades desta etapa:
- Classificação do impacto
 - Realização da auto avaliação do ambiente de controle
 - Realização do *walkthrough* e testes
 - Avaliação da aderência aos normativos
 - Avaliação dos riscos residuais.
- (iii) Resposta ao risco (mitigação e controle)**
Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos e Governança apoia os gestores das áreas de negócio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo:
- Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, divisão de negócios, processos ou subprocessos.
 - Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Essa resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos.

- Compartilhar: atividades que visam a reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou *outsourcing*.
- Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco.

Para os riscos que a Administração da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. não optar por “Evitar” ou “Aceitar”, deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controles internos, visando à mitigação do risco.

(iv) Monitoramento

Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos e Governança define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto “alto”). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente.

(v) Reporte

A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos e Governança no apoio às áreas gestoras de seus processos de negócios, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à Alta Administração da Companhia.

O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente, por meio de ferramentas e metodologias que visam a manter em funcionamento as atividades essenciais do negócio em situações de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. e seus clientes.

e. Concentração de riscos

A carteira está pulverizada por diversos estados da federação, além da diversificação de produtos e clientes, conforme apresentado abaixo:

2019												
Distribuição de prêmio emitido - Por região geográfica - Bruto de resseguro												
Ramo	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
R.C. Profissional	1.816	3,86%	1.976	4,20%	734	1,56%	20.373	43,28%	14.581	30,96%	39.480	83,86%
R. C. D&O	238	0,51%	242	0,51%	71	0,15%	2.229	4,72%	1.405	2,98%	4.185	8,87%
Compreensivo empresarial	299	0,63%	190	0,40%	11	0,02%	1.090	2,31%	725	1,54%	2.315	4,90%
Compreensivo residencial	154	0,33%	22	0,05%	7	0,01%	456	0,97%	113	0,23%	752	1,59%
Lucros cessantes	18	0,04%	11	0,02%	3	0,01%	82	0,17%	24	0,05%	138	0,29%
R. C. Geral	22	0,05%	52	0,11%	1	0,00%	74	0,16%	78	0,17%	227	0,49%
Total	2.547	5,42%	2.493	5,29%	827	1,75%	24.304	51,61%	16.926	35,93%	47.097	100%

f. Principais ramos de atuação

Ramo de atuação	Índice de					
	Prêmio ganho		Sinistralidade %		Comissionamento %	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
R.C. Profissional	34.605	26.252	29%	39%	26%	26%
R. C. D&O	3.990	3.505	9%	-	11%	12%
Compreensivo empresarial	2.740	2.372	(141%)	368%	20%	21%
Compreensivo residencial	845	824	47%	61%	21%	22%
R. C. Geral	99	78	16%	4%	20%	21%
Lucros cessantes	97	67	5%	1%	19%	16%
Total	42.376	33.098	17%	58%	24%	24%

5 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação

Títulos	Níveis	Vencimentos				Ativos				Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	2019	%	2018	%
Valor justo por meio do resultado		-	1.036	3.713	65.449	70.198	70.198	70.198	-	70.198	62,83%	62.417	63,46%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	65.449	65.449	65.449	65.449	-	65.449	58,58%	62.417	63,46%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	1.036	3.713	-	4.749	4.749	4.749	-	4.749	4,25%	-	-
Disponível para venda		15.735	16.471	1.081	-	33.287	33.370	33.287	(83)	33.287	29,79%	28.657	29,14%
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.999	4,07%
Letras Financeiras (LF)	2	7.508	6.318	-	-	13.826	13.850	13.826	(24)	13.826	12,37%	13.241	13,46%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	8.227	-	-	-	8.227	8.205	8.227	22	8.227	7,36%	674	0,68%
Debêntures	2	-	10.153	1.081	-	11.234	11.315	11.234	(81)	11.234	10,06%	10.743	10,93%
Mantidos até o vencimento		-	2.272	5.969	-	8.241	8.241	9.223	982	8.241	7,38%	7.281	7,40%
Debêntures	2	-	-	5.969	-	5.969	5.969	6.608	639	5.969	5,35%	5.716	5,81%
Letras Financeiras (LF)	2	-	2.272	-	-	2.272	2.272	2.615	343	2.272	2,03%	1.565	1,59%
Total		15.735	19.779	10.763	65.449	111.726	111.809	112.708	899	111.726	100,00%	98.355	100,00%

b. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como apresentado a seguir:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, tampouco houve reclassificações entre níveis hierárquicos dos ativos financeiros.

c. Taxa de juros contratada

<u>Títulos</u>	<u>Classe</u>	<u>Taxa de Juros Contratada</u>		<u>2019</u>
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa			65.449
Certificados de depósitos bancários (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,84%	CDI	8.227
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	112,30%	CDI	5.714
			CDI +	1,19%
			IGPM +	6,10%
			IPCA +	6,00%
				3.948
Letras Financeiras (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	108,46%	CDI	12.316
			CDI+	0,40%
			IPCA+	6,10%
			PRE	10,90%
				1.583
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pré-fixados	100,00%	100,00%	4.749
Total				111.726

d. Movimentação das aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo Inicial do Exercício	98.355	38.655
Aplicação	54.600	172.187
Resgate	(47.469)	(118.656)
Receita Financeira	6.471	6.318
MTM	(231)	(149)
Saldo Final do Exercício	111.726	98.355

e. Cobertura das provisões técnicas

Os seguintes ativos financeiros estavam vinculados em garantia das provisões técnicas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões técnicas	48.467	42.403
(-) Ativos de resseguro redutores	(6.752)	(11.720)
(-) Direitos creditórios	(9.397)	(7.812)
Total a ser coberto	32.318	22.871
Títulos de renda fixa - Públicos	4.677	3.999
Títulos de renda fixa - Privados	33.569	25.220
Total de ativos em garantia	38.246	29.219
Suficiência de cobertura	5.928	6.348

6 Crédito das operações com seguros e resseguros

a. Crédito das operações com seguros e resseguros

	Prêmios a receber				Operações com resseguradoras				Total	Total
	Riscos vigentes emitidos	Juros a apropriar	Riscos vigentes não emitidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar	Despesas relacionadas a sinistros pagos	Redução ao valor recuperável	2019	2018
R. C. Profissional	12.973	(19)	1.738	(169)	12	141	1	(30)	14.647	11.817
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	997	-	165	-	-	-	-	-	1.162	1.099
Compreensivo Empresarial	568	(6)	68	(8)	3	56	8	(18)	671	1.018
Compreensivo Residencial	213	(6)	15	(6)	-	13	2	-	231	286
Lucros Cessantes	25	-	13	-	-	-	-	-	38	64
R. C. Geral	24	-	10	-	-	6	1	-	41	42
Total	14.800	(31)	2.009	(183)	15	216	12	(48)	16.790	14.326

b. Prêmios a receber por idade

	2019	2018
A vencer		
De 1 a 30 dias	6.321	5.323
De 31 a 120 dias	7.093	5.864
De 121 a 365 dias	3.038	2.646
Vencidos		
De 1 a 30 dias	237	200
De 31 a 120 dias	4	14
De 121 a 365 dias	59	42
Superior a 365 dias	26	21
Total	16.778	14.110
Redução ao valor recuperável	(183)	(74)
Prêmios líquidos a receber	16.595	14.036

c. Movimentação de prêmios a receber

	2019	2018
Prêmios a receber no início do exercício	14.036	11.400
Prêmios emitidos líquidos de IOF e cancelamento	46.635	37.354
Recebimentos	(48.082)	(38.050)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	3.389	2.744
Juros sobre parcelamentos	9	28
Riscos Vígentes e Não Emitidos (RVNE)	717	261
Redução ao valor recuperável	(109)	299
Prêmios a receber no final do exercício	16.595	14.036

7 Ativos de resseguro - Provisões técnicas

a. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR	PDR	2019	2018
Compreensivo empresarial	596	31	8	43	2	680	7.862
R.C. Profissional	2.399	222	2.876	1.588	97	7.182	5.070
R.C. D&O	1.111	82	8	353	21	1.575	1.199
Compreensivo residencial	50	2	14	15	1	82	90
Lucros cessantes	25	7	-	3	-	35	50
R.C. Geral	22	4	7	3	-	36	39
Circulante e não circulante	4.203	348	2.913	2.005	121	9.590	14.310

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR	PDR	2018	2017
Compreensivo empresarial	677	80	6.692	340	73	7.862	838
R.C. Profissional	1.960	124	1.810	1.086	90	5.070	2.963
R.C. D&O	1.035	84	8	68	4	1.199	1.048
Compreensível residencial	62	2	22	4	-	90	66
Lucros cessantes	35	13	-	2	-	50	19
R.C. Geral	24	6	5	4	-	39	23
Circulante e não circulante	3.793	309	8.537	1.504	167	14.310	4.957

b. Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

	2019			
	Saldo em 2018	Constituição	Reversão	Saldo em 2019
Prêmio de resseguro diferido – PPNG	3.793	8.778	(8.368)	4.203
Prêmio de resseguro diferido – RVNE	309	1.157	(1.118)	348
Sinistros pendentes de pagamento	8.537	7.292	(12.916)	2.913
IBNR	1.504	2.281	(1.780)	2.005
PDR	167	453	(499)	121
Circulante e não circulante	14.310	19.961	(24.681)	9.590
	2018			
	Saldo em 2017	Constituição	Reversão	Saldo em 2018
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	3.090	8.905	(8.202)	3.793
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	203	1.092	(986)	309
Sinistros pendentes de pagamento	870	11.844	(4.177)	8.537
IBNR	746	903	(145)	1.504
PDR	48	372	(253)	167
Circulante e não circulante	4.957	23.116	(13.763)	14.310

c. Discriminação dos resseguradores

Tipo Resseguradores	Prêmio cedido	(-) Comissão sobre prêmio cedido	Prêmio líquido de resseguro	Sinistros a recuperar	Agência classificadora	Rating
Munich RE do Brasil						
Local Resseguradora S.A.	5.379	(2.082)	3.297	(1.009)	S&P	AA-
Local Austral Resseguradora S.A.	3.452	(1.268)	2.184	993	S&P	AAA
Local IRB Brasil Resseguros S.A.	3.482	(1.322)	2.160	689	A.M. Best Company, Inc.	A
Local Scor Brasil Resseguro S.A.	1.823	(685)	1.138	1.246	S&P	AA-
Total	14.136	(5.357)	8.779	1.919		

8 Créditos tributários e previdenciários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições a compensar		
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	260
Total circulante	<u>-</u>	<u>260</u>
Ajustes temporais de imposto de renda	306	175
Ajustes temporais de contribuição social	184	99
PIS diferido	84	94
COFINS diferido	519	580
Total não circulante	<u>1.093</u>	<u>948</u>

9 Custos de aquisição diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	<u>5.264</u>	<u>3.985</u>
Constituição	10.319	9.225
Reversão	(10.284)	(7.946)
Saldo no final do exercício	<u>5.299</u>	<u>5.264</u>

10 Imobilizado e intangível

a. Movimentação do imobilizado

	<u>Movimentação</u>				<u>2019</u>			Taxas anuais de depreciação (%)
	2018	Aquisições	Depreciação	2019	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	Valor líquido	
Móveis, máquinas e utensílios	3	-	(1)	2	5	(2)	2	10%
Hardware	5	-	(1)	4	6	(3)	4	20%
Equipamentos	5	3	(2)	6	9	(3)	6	10%
Total	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>(4)</u>	<u>12</u>	<u>20</u>	<u>(8)</u>	<u>12</u>	

	<u>Movimentação</u>				<u>2018</u>			Taxas anuais de depreciação (%)
	2017	Aquisições	Depreciação	2018	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Móveis, máquinas e utensílios	4	-	(1)	3	5	(2)	3	10%
Hardware	6	-	(1)	5	6	(1)	5	20%
Equipamentos	4	2	(1)	5	6	(1)	5	10%
Total	<u>14</u>	<u>2</u>	<u>(3)</u>	<u>13</u>	<u>17</u>	<u>(4)</u>	<u>13</u>	

b. Movimentação do intangível

	Movimentação				2019			Taxas anuais de amortização (%)
	2018	Aquisições	Amortização	2019	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	1.496	-	(737)	759	4.972	(4.213)	759	20%
Software em desenvolvimento	-	114	-	114	114	-	114	
Total	1.496	114	(737)	873	5.086	(4.213)	873	

	Movimentação				2018			Taxas anuais de amortização (%)
	2017	Aquisições	Amortização	2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	2.482	-	(986)	1.496	4.972	(3.476)	1.496	20%
Total	2.482	-	(986)	1.496	4.972	(3.476)	1.496	

11 Obrigações a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	53	62
Participação nos lucros a pagar	320	193
Outros pagamentos	77	-
Total	450	255

12 Impostos e encargos sociais e recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda retido de funcionários	75	77
Imposto de renda retido na fonte	8	10
Imposto sobre serviço retido	3	1
Imposto sobre operações financeiras	1.145	966
Contribuições previdenciárias	79	63
Contribuições para FGTS	25	27
Outros impostos e encargos sociais	15	18
Total	1.350	1.162

13 Impostos e contribuições

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão IRPJ	882	402
(-) Antecipação de IRPJ	(740)	(349)
Provisão CSLL	560	349
(-) Antecipação de CSLL	(467)	(304)
COFINS	124	106
PIS	20	17
Total	379	221

Os valores antecipados de Imposto de Renda e Contribuição Social, referentes ano calendário 2019, serão compensados após conclusão dos trabalhos de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em julho de 2020.

14 Débito de Operações com seguros e resseguros

a. Operações com resseguradoras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resseguradora local	3.150	2.865
Prêmio de resseguro - RVNE	<u>376</u>	<u>251</u>
Total	<u>3.526</u>	<u>3.116</u>

b. Corretores de seguros e resseguros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões a pagar	193	124
Comissões riscos emitidos	3.003	2.649
Comissões risco emitidos RVNE	410	240
Juros a apropriar	(6)	(3)
Redução ao valor recuperável	<u>(23)</u>	<u>(17)</u>
Total	<u>3.577</u>	<u>2.993</u>

15 Depósitos de terceiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
De 01 a 30 dias	-	4
De 31 a 60 dias	14	3
De 61 a 120 dias	7	14
De 121 a 180 dias	35	4
De 181 a 365 dias	1	8
Acima de 365 dias	<u>-</u>	<u>68</u>
Total	<u>57</u>	<u>101</u>

16 Provisões técnicas - Seguros

a. Provisões técnicas

2019						
Ramos	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	2019	2018
R.C. Profissional	20.736	16.693	5.847	488	43.764	30.713
Compreensivo empresarial	1.223	29	87	3	1.342	8.760
R. C. D&O	2.224	10	398	24	2.656	2.100
Compreensivo residencial	378	96	94	6	574	679
Lucros cessantes	53	-	6	-	59	79
R. C. Geral	52	16	4	-	72	72
Total	24.666	16.844	6.436	521	48.467	42.403

2018						
Ramos	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	2018	2017
R.C. Profissional	15.880	8.880	5.517	436	30.713	18.559
Compreensivo empresarial	1.447	6.843	393	77	8.760	1.347
R. C. D&O	2.008	10	77	5	2.100	1.796
Compreensivo residencial	474	149	51	5	679	515
Lucros cessantes	77	-	2	-	79	29
R. C. Geral	58	6	7	1	72	40
Total	19.944	15.888	6.047	524	42.403	22.286

b. Movimentação das provisões técnicas

	2019				
	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do exercício	19.944	15.888	6.047	524	42.403
Constituição	47.098	32.079	4.608	489	84.274
Reversão	(42.376)	(25.770)	(4.219)	(304)	(72.669)
Juros e atualizações	-	171	-	-	171
Pagamentos	-	(5.524)	-	(188)	(5.712)
Saldos no final do exercício	24.666	16.844	6.436	521	48.467

	2018				
	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Total
Saldos no início do exercício	15.512	3.459	3.113	202	22.286
Ajuste de estimativa	37.530	23.103	3.292	659	64.584
Reversão	(33.098)	(7.332)	(358)	(153)	(40.941)
Avisos	-	64	-	-	64
Pagamentos	-	(3.406)	-	(184)	(3.590)
Saldos no final do exercício	19.944	15.888	6.047	524	42.403

17 Provisões judiciais

a. Contingências e depósitos judiciais

Natureza	Provisão para contingências					Depósitos judiciais				
	2018	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Honorários de sucumbência	Pagamentos	2019	2019	2018
1 - Fiscal	284	201	(37)	21	(1)	-	-	468	488	261
1.1 INSS Liminar Judicial	267	181	-	20	-	-	-	468	488	261
1.2 COFINS S/base PIS/COFINS	15	17	(32)	1	(1)	-	-	-	-	-
1.3 PIS S/base PIS/COFINS	2	3	(5)	-	-	-	-	-	-	-
2 - Trabalhista	65	120	(70)	16	-	-	(56)	75	143	63
3 - Contingências cíveis	149	12	(99)	9	(29)	1	(4)	39	-	-
Total	498	333	(206)	46	(30)	1	(60)	582	631	324

1. Fiscal

1.1 INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas

A Companhia, através de parecer de seus assessores jurídicos, considera como perda possível as seguintes verbas: adicionais de hora extra e noturno, férias usufruídas e descanso semanal remunerado; e considera como perda provável: salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para essas verbas a Companhia vem realizando os depósitos judiciais dos valores e, conseqüentemente, constituindo a provisão desses valores. R\$ 468.

1.2 COFINS sobre base PIS/COFINS

A Companhia obteve, em outubro/2018, liminar que suspendia a exigibilidade da inclusão da COFINS na sua própria base de cálculo. Em decorrência da revogação dessa liminar, a Companhia optou por recolher os valores retroativos, e posteriores, até obter êxito no recurso que está sendo impetrado pelos seus assessores jurídicos.

1.3 PIS sobre base PIS/COFINS

A Companhia obteve, em outubro/2018, liminar que suspendia a exigibilidade da inclusão da PIS na sua própria base de cálculo. Em decorrência da revogação dessa liminar, a Companhia optou por recolher os valores retroativos, e posteriores, até obter êxito no recurso que está sendo impetrado pelos seus assessores jurídicos.

2. Contingências Cíveis

A Companhia responde a processos de natureza cível, tramitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com as classificações de perdas “provável” e “possível” é de R\$ 39. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

3. Contingências Trabalhistas

A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, tramitando em diversas fases. De acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com classificações de perdas “possível” ou “provável” é de R\$ 75 Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

b. Composição das ações judiciais de sinistros

Probabilidade de perda	2019			2018		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	29	594	686	28	419	453
Possível	32	1.628	1.055	21	1.308	663
Remota	106	9.906	-	49	1.549	-
Total	167	12.128	1.741	98	3.276	1.116

c. Movimentação de sinistros judiciais a liquidar

	2019	2018
Saldo no início do exercício	1.116	346
Sinistros pagos	(19)	(72)
Constituições	824	588
Baixa da provisão por êxito	(20)	-
Alteração de estimativas ou probabilidades	(295)	190
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	135	64
Saldo no final do exercício	1.741	1.116

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 88.000 (R\$ 88.000 em 31 de dezembro de 2018) está representado por 101.457.737 ações ordinárias (39.729.342 em 31 de dezembro de 2018), todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída após apuração do resultado do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva de investimento e capital de giro

O saldo do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e dos dividendos, se houver, será destinado à reserva de investimento e capital de giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Essa reserva terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no immobilizado, nas operações da Companhia, no intangível e, acréscimo do capital de giro.

A Assembleia Geral, quando atingido esse limite ou se entender suficiente o valor da reserva estatutária, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição dos dividendos.

d. Dividendos

De acordo com o art. 30, § 1º, inciso II do Estatuto Social, o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar:

- Lucro líquido do exercício.
- (-) Constituição da reserva legal de 5%.
- Sobre a base de cálculo, distribuição de, no mínimo, 10% como dividendos.

e. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	2019	2018
Patrimônio líquido	87.312	83.745
Ajustes contábeis:	(949)	(2.060)
Despesas antecipadas	-	(46)
Ativo intangível	(873)	(1.496)
Custo de aquisição diferidos não relacionados à PPNG	(76)	(518)
Ajustes econômicos:	589	134
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	589	134
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	86.952	81.819
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Capital-base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	12.968	10.442
Capital risco de subscrição	6.511	5.021
Capital risco de crédito	7.142	6.001
Capital risco operacional	324	260
Capital risco de mercado	2.209	1.707
Redução por correlação dos riscos	(3.218)	(2.547)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	71.952	66.819
Suficiência de capital (%)	83%	82%

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016.

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta índice de liquidez de 45,71%.

19 Transações com partes relacionadas

As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

- (a) Despesas pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com a controladora Unimed Seguradora S.A. e com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (b) Despesa de seguro de vida dos funcionários com a controladora Unimed Seguradora S.A.
- (c) Despesa de seguro saúde dos funcionários com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (d) Prêmios de seguros com os acionistas da controladora Unimed Seguradora S.A.
- (e) Despesas administrativas com a remuneração dos Administradores, que compreende os benefícios de curto prazo. Não é concedido nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.
- (f) Despesa com remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao Sistema cooperativo Unimed.
- (g) Despesa de assistência odontológica dos funcionários com a coligada Unimed Saúde e Odonto S.A.
- (h) Despesas com honorários de administração de carteira de investimentos

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Prêmios a receber: (d)			Débitos de operações		
Acionistas minoritários	204	389	Cooperativas Unimed (f)	2	8
			Outras contas a pagar:		
			Investcoop Asset Management Ltda (h)	48	-
			Unimed Seguradora S.A. (a)	97	82
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	47	67
Total ativo	204	389	Total passivo	194	157
Receita	2019	2018	Despesa	2019	2018
Prêmios emitidos: (d)			Despesa de comercialização		
Acionistas minoritários	733	1.065	Cooperativas Unimed (f)	81	57
			Despesas administrativas:		
			Unimed Seguros Saúde S.A. (c)	280	250
			Unimed Seguradora S.A. (b)	6	5
			Administradores (f)	6	6
			Investcoop	124	-
			Unimed Saúde e Odonto S.A. (g)	6	-
			Despesas administrativas compartilhadas:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	1.263	683
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	757	401
Total receita	733	1.065	Total despesa	2.523	1.402

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	2019	2018
Prêmios emitidos	50.172	41.246
Prêmios cancelados	(3.536)	(3.892)
Prêmios RVNE	717	261
Prêmios restituídos	(256)	(85)
Variação da PPNG	(4.721)	(4.432)
Total	<u>42.376</u>	<u>33.098</u>

b. Sinistros ocorridos

	2019	2018
Sinistros avisados	(4.468)	(15.771)
Despesas com sinistros	(158)	(256)
Despesas com sinistros de assistência	(167)	(145)
Ressarcimento direto Adm	10	-
Variação da provisão de IBNR	(2.287)	(3.188)
Total	<u>(7.070)</u>	<u>(19.360)</u>

c. Custos de aquisição

	2019	2018
Comissões sobre prêmios emitidos	(9.613)	(7.635)
Comissão de agenciamento	(7)	(11)
Outros custos de aquisição	(699)	(1.578)
Variação de comissões diferidas	971	844
Variação das despesas de agenciamento diferidas	(2)	(2)
Variação de outros custos de aquisição diferidos	(934)	438
Total	<u>(10.284)</u>	<u>(7.944)</u>

d. Outras receitas e despesas operacionais

	2019	2018
Outras receitas (despesas) com operações de seguro	(367)	(522)
Despesas com cobrança	(207)	(127)
Despesa com administração de apólices e/ou contratos	-	(14)
Redução ao valor recuperável prêmio	(111)	300
Redução ao valor recuperável comissão	(7)	(63)
Despesas com contingências	88	(66)
Total	<u>(604)</u>	<u>(492)</u>

e. Resultado com resseguro

	2019	2018
Receitas com resseguros:	<u>(1.715)</u>	<u>10.437</u>
Indenização de sinistros	(1.919)	9.456
Varição da provisão de IBNR	97	757
Varição das despesas relacionadas do IBNR	107	224
Despesas com resseguros:	<u>(8.488)</u>	<u>(6.877)</u>
Prêmios de resseguro cedido proporcional	(9.265)	(8.094)
Prêmio de resseguro cedido não proporcional	(252)	(184)
Cancelamento resseguro	728	625
Restituição de resseguro	10	2
Prêmios de resseguro RVNE	(125)	(29)
Varição da despesa de resseguro diferido	450	810
Outros resultados com operações resseguro	(34)	(7)
Total	<u>(10.203)</u>	<u>3.560</u>

f. Despesas administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal próprio	(7.127)	(5.714)
Serviços de terceiros	(3.685)	(3.583)
Localização e funcionamento	(1.306)	(1.460)
Despesas com publicidade e propaganda	(99)	(106)
Despesas com publicações	(194)	(194)
Despesas com donativos e contribuições	(78)	(62)
Outras	(164)	(96)
Total	<u>(12.653)</u>	<u>(11.215)</u>

g. Despesas com tributos

	2019	2018
Impostos federais	(427)	(202)
Impostos municipais	(35)	(17)
COFINS	(1.428)	(610)
PIS	(238)	(99)
Contribuição sindical	(1)	(4)
Taxa de fiscalização	(399)	(399)
Outros	(7)	(6)
Total	<u>(2.535)</u>	<u>(1.337)</u>

h. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas com títulos privados	2.687	2.330
Valor justo por meio de resultado	-	7
Disponíveis para venda	1.891	1.772
Mantidos até o vencimento	796	551
	160	801
Receitas com títulos públicos		
Valor justo por meio de resultado	14	285
Disponíveis para venda	146	516
	3.628	3.199
Receitas com fundos de investimentos		
Valor justo por meio de resultado	3.628	3.199
Receitas financeiras com operações de seguros	64	34
Receitas financeiras com depósitos judiciais	72	13
Receitas com créditos tributários	17	-
Outras receitas financeiras	58	41
Total receitas financeiras	6.686	6.418
Despesas com títulos privados	(1)	(6)
Mantidos até o vencimento	(1)	(6)
Despesas com fundos de investimentos	(3)	(6)
Valor justo por meio de resultado	(3)	(6)
Despesas com operações de seguros	(146)	(46)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(1)	(3)
Juros e atualização sobre processos judiciais	2	(43)
Outras despesas financeiras	(99)	(29)
Total despesas financeiras	(248)	(133)
Resultado financeiro	6.438	6.285

21 Imposto de renda e contribuição social

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	5.023	2.360	5.023	2.360
Adições:				
Provisão para risco de créditos e outros	1.550	1.183	1.550	1.183
Provisão Trabalhista	563	516	563	516
Multas	10	-	10	-
Donativos	4	-	4	-
Brindes e patrocínio	-	1	-	1
Provisão para contingência	21	17	21	17
Programa de participação no resultado - PPR	320	228	320	228
Exclusões:				
Provisão para risco de créditos e outros	(1.398)	(1.414)	(1.398)	(1.414)
Provisão Trabalhista	(460)	(128)	(460)	(128)
Provisão para contingência	(38)	-	(38)	-
Receita com Depósitos Judiciais-Juros	(72)	(13)	(72)	(13)
Programa de participação no resultado - PPR	(194)	(257)	(194)	(257)
(-) Compensação Base Negativa períodos anteriores	(1.599)	(748)	(1.599)	(748)
Base de cálculo:	3.730	1.745	3.730	1.745
Alíquotas:(*)				
Imposto de renda e Contribuição social	(560)	(262)	(560)	(349)
Adicional 10%	(349)	(150)	-	-
Outros	27	10	-	-
Tributos correntes	(882)	(402)	(560)	(349)
Tributos diferidos	73	26	44	26
Resultado imposto de renda e contribuição social	(809)	(376)	(516)	(323)
Alíquota efetiva	16,11%	15,95%	10,27%	13,68%

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5.782 em 31 de dezembro de 2018), os quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos não estão registrados contabilmente pelo fato de a Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

* * *

Diretoria

Helton Freitas
Diretor-presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

Contador

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8